

ELEIÇÕES

“Falta d’água não é mais problema no Nordeste”

Bolsonaro inaugura obras na região, mas volta a usar expressões preconceituosas

» INGRID SOARES

Para tentar diminuir a forte resistência que sofre no Nordeste, o presidente Jair Bolsonaro (PL) iniciou, ontem, uma visita à região, reduto do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), líder de pesquisas de intenção de voto para outubro. A estratégia é entregar obras voltadas ao combate à seca. A agenda deve durar dois dias.

Pela manhã, o chefe do Executivo desembarcou em Salgueiro (PE), onde participou da cerimônia de inauguração do Núcleo de Controle Operacional da Transposição do Rio São Francisco. No discurso, em uma tentativa de aproximação, Bolsonaro chamou a região de “meu Nordeste”.

“É uma satisfação muito grande retornar ao meu Nordeste. Sou de São Paulo, a cidade que tem mais nordestinos no Brasil. Até mesmo a minha filha é neta de um cearense. Esse é um só povo”, frisou.

Bolsonaro aproveitou para intensificar ataques ao PT, apontando que o partido defende a “destruição das famílias”. Ele citou escândalos de corrupção envolvendo a Petrobras e o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), sustentando que a legenda não concluiu obras de transposição iniciadas na região, em 2007, durante o governo Lula. A primeira etapa foi inaugurada em 2017 pelo então presidente Michel Temer (MDB). “Ao longo de 14 anos, a Petrobras, por desvios e projetos malfeitos, enfrentou endividamento de R\$ 900 bilhões. Vocês estão pagando essa conta no preço do combustível na bomba”, afirmou.

De acordo com o presidente, a obra da transposição do Rio São Francisco “não ia sair nunca” se o PT ainda estivesse no poder. A declaração ocorreu durante visita à Elevatória de Salgueiro. O presidente publicou um vídeo nas redes sociais em que apareceu andando de pé em uma picape, ao lado de ministros do governo, fazendo o comentário enquanto conhece o percurso.

Preconceito

O chefe do Executivo voltou a fazer comentários preconceituosos contra nordestinos. Em conversa com apoiadores, foi questionado sobre uma declaração feita na live passada, na

Reprodução/redes sociais



O presidente em Salgueiro (PE): Nordeste é a região onde ele sofre forte resistência

Notícia-crime

O advogado João Arnaldo Novaes, pré-candidato ao governo de Pernambuco pelo PSol, entrou com notícia-crime no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o presidente Jair Bolsonaro (PL) depois que ele se referiu a assessores nordestinos como “pau de arara”. Na ação, o advogado pede que o vídeo seja removido das redes sociais e que a Procuradoria-Geral da República (PGR) seja intimada a analisar o caso para decidir se oferece denúncia contra Bolsonaro por “praticar e induzir o preconceito contra o povo nordestino”, crime previsto no artigo 20 da Lei 7.716/1989. “É inaceitável, no Estado democrático de direito, que a xenofobia seja proclamada, abertamente, nas redes sociais de um chefe-maior de Estado”, afirma.

qual usou a expressão “pau de arara” para se referir aos seus assessores. Bolsonaro alegou que o episódio foi uma brincadeira entre amigos e repetiu menções preconceituosas como “cabra da peste”, “pau de arara”, “arataca” e “cabecudo”.

No último dia 3, Bolsonaro errou a origem do Padre Cícero, ao comentar sobre a revogação dos decretos de luto. Ele citou Pernambuco como procedência do religioso. Ao tentar confirmar a informação com assessores, se irritou e os chamou de “pau de arara”.

A tarde, Bolsonaro seguiu para Jatiá (CE), onde participou da cerimônia alusiva ao ato de Liberação das Águas do Rio São Francisco para o Estado do Ceará. Lá, disse que a “falta d’água não é mais problema para a região”.

Em repetidos ataques a Lula, Bolsonaro ressaltou que as verbas desviadas de estatais, como a Petrobras, construiriam 50 transposições do Rio São Francisco. Ele falou em “atraso” e “falta de compromisso” do PT em governos anteriores.

“Olha o atraso que o Brasil experimentou há pouco tempo, com pessoas que ocuparam a Presidência e que não tinham qualquer compromisso com vocês. O compromisso deles era com o próprio bolso e com o projeto de poder”, emendou.

O presidente pernouteiro em Caicó (RN). Hoje, ainda na região, em Jardim de Piranhas, deverá participar de uma jogueata. Depois, seguirá para Jucurutu.

Investigação

Ontem, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou a Polícia Federal a compartilhar provas do inquérito sobre o vazamento de dados sigilosos por Bolsonaro com a investigação sobre milícias digitais.

O pedido foi feito pela delegada Denisse Ribeiro, responsável pela apuração sobre a divulgação que o presidente fez de informações sigilosas sobre ataque hacker ao sistema do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Segundo Moraes, a demanda é pertinente, porque pode haver semelhanças entre o modelo de atuação dos grupos investigados em cada inquérito.

“Verifico a pertinência do requerimento da autoridade policial, notadamente em razão da identidade de agentes investigados nestes autos e da semelhança do modus operandi das condutas aqui analisadas com as apuradas nos Inquéritos 4.874/DF e 4.888/DF, ambos de minha relatoria”, escreveu o magistrado.

A PF concluiu que Bolsonaro cometeu crime por vazamento de dados sigilosos na internet. Mesmo assim, não o indiciou por causa do foro privilegiado. (Colaborou Luana Patriolino)

Marcos Vieira/EM/D.A Press



Doria enfrenta rejeição no próprio partido e da parte de eleitores

ideia de mudar, os outros quatro, não sei”, destacou.

Um deputado da sigla contou ao **Correio** que, de fato, planeja sair nos próximos meses. Mas garantiu que a decisão não tem a ver com a pré-candidatura de Doria. “Votei nele nas prévias até. A minha questão é paroquial, aqui no estado. Peculiaridades que eu tenho, que acho que, se eu sair pra dar uma oxigenada para um novo partido, melhoro minhas chances de vitória”, explicou.

O parlamentar ainda observou que a maior rejeição ao candidato do partido vem da bancada de Minas Gerais. “Tem muita

gente que está com o Doria, sim. É mais o pessoal de Minas que está com rejeição a ele. Cada candidato vê, agora, sua questão pessoal, de coligação, de fundo partidário, como vai ser. Mas acho que ele vai crescer bem, tem uma equipe muito bem preparada”, avaliou. Apesar disso, o deputado acredita que índices baixos nas pesquisas, caso não sejam revertidos, podem prejudicar a legenda. “Porque o candidato puxa governador, puxa deputado... Tem que ter uma chapa forte.”

*Estagiária sob a supervisão de Cida Barbosa

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Arrocho na Rouanet é um duro golpe contra a cultura

No mês do centenário da Semana de Arte Moderna, a cultura nacional sofreu um duro golpe do governo federal, que mudou as regras da Lei Rouanet e reduziu a capacidade de financiamento da nossa indústria cultural. É mais um elemento do ambiente político e ideológico tóxico que estamos vivendo, pautado pelo obscurantismo da política oficial. Não à toa, ocorre num momento tão simbólico como essa efeméride.

Marco da história de São Paulo, que emergia como centro dinâmico da economia brasileira e polo hegemônico da Primeira República, a Semana de Arte Moderna de 1922 foi uma ruptura com o parnasianismo, o simbolismo e a arte acadêmica, que iria se somar e influenciar outras manifestações modernistas, que ocorriam no Rio de Janeiro e outras capitais do país. Agora, parece que o governo quer fazer a roda da história voltar para trás e inviabilizar teatros, cinemas, a música, o audiovisual e, principalmente, a vida profissional de artistas, diretores e produtores culturais.

Há 110 anos, motivados pelo Centenário da Independência, artistas e intelectuais anunciaram o rompimento com as correntes literárias e artísticas anteriores, defendendo um novo ponto de vista estético e o compromisso com a independência cultural do país. Entre os dias 13 e 17 de fevereiro, no Teatro Municipal de São Paulo, houve a exposição, no saguão, aberta ao público de 100 obras de arte que rompiam aqueles padrões, algumas das quais estão em grandes museus, e três sessões literárias e musicais noturnas. Inspirados nas vanguardas europeias e dispostos a promover a renovação da cultura brasileira, a força literária e artes plásticas conferiram à Semana de Arte de 1922 o caráter icônico que tem hoje, que se somou à mudança política que estava em curso, que iria desaguara na Revolução de 1930.

O modernismo no Brasil teve múltiplas manifestações, notadamente no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e em Pernambuco, mas nenhuma delas com a mesma capacidade de traduzir, naquele momento, o fenômeno da industrialização, da urbanização e da imigração de estrangeiros, como ocorria em São Paulo. Por ironia, neste ano do Bicentenário da Independência, estamos assistindo a uma grande onda regressista no plano cultural, patrocinada pelo governo Bolsonaro, cujo objetivo é desarticular a nossa cultura e levar ao ostracismo seus mais importantes representantes.

Desfinanciamento

A maneira de fazer isso é levar ao colapso o financiamento da cultura e seus protagonistas. Ontem, o *Diário Oficial da União* publicou mudanças nas regras da Lei de Incentivo à Cultura, de 1991, conhecida como Lei Rouanet, a mola mestra da indústria cultural brasileira. Assinada pelo secretário especial de Cultura

do governo federal, Mario Frias, a instrução normativa define valores que podem ser captados por projeto e por empresas, bem como cachês pagos aos artistas.

Como se sabe, a Lei Rouanet autoriza produtores a buscarem investimento privado para financiar iniciativas culturais. Em troca, as empresas podem abater parcela do valor investido no Imposto de Renda.

O valor máximo a ser captado caiu para R\$ 6 milhões, para concertos sinfônicos, museus e memória, óperas, bienais, teatro musical, datas comemorativas (carnaval, Páscoa, festas juninas, Natal e ano-novo), inclusão de pessoa com deficiência, projetos educativos e de internacionalização da cultura brasileira. O prazo de captação foi reduzido para dois anos.

No caso de artista ou modelo solo, o limite dos cachês caiu de até R\$ 45 mil para até R\$ 3 mil por apresentação. No caso das orquestras, o limite que pode ser pago ao músico por apresentação passou de R\$ 2,25 mil para R\$ 3,5 mil, porém, para o maestro, caiu de R\$ 45 mil para R\$ 15 mil. No audiovisual, os valores foram mantidos, pois já haviam sido reduzidos: médias metragens, R\$ 600 mil; festivais, R\$ 400 mil; jogos eletrônicos e aplicativos educativos e culturais, R\$ 350 mil; programação semestral de rádio, R\$ 100 mil; episódios de programas de tevê, R\$ 50 mil; infraestrutura de sites, R\$ 50 mil; produção e conteúdo de internet, R\$ 150 mil; e episódio de web série, R\$ 15 mil.

Desde a campanha eleitoral de 2018, o presidente Jair Bolsonaro defende mudanças na Lei Rouanet. Influenciado pelo falecido escritor Olavo de Carvalho, acredita que a política cultural é uma forma de dominação da esquerda, “comunista”, por meio do chamado “marxismo cultural”. O termo foi adotado pela extrema-direita dos Estados Unidos durante a Guerra Fria, para atribuir aos “judeus da Escola de Frankfurt” a busca pelo controle da sociedade pelo comunismo.

Adaptado por Olavo de Carvalho, o termo vem sendo usado no Brasil para caracterizar uma suposta ameaça de ditadura gayzista, feminista, abortista, globalista, libertina etc. Na cabeça de Bolsonaro, a mudança mira a esquerda. Na realidade, aprofunda a crise de financiamento da indústria cultural, duramente atingida pela pandemia.

Desafio para Doria

» GABRIELA CHABALGOITY*
» TAÍSA MEDEIROS

Com grande taxa de rejeição e baixa performance nas pesquisas de intenção de voto, o pré-candidato à Presidência João Doria (PSDB) deve ser o principal motivo para a debandada de parlamentares da sigla nos próximos meses.

Na pesquisa Quaest/Genial de intenção de voto para o primeiro turno das eleições de 2022 — divulgada em 12 de janeiro —, o governador de São Paulo apareceu com 3% das intenções de voto. Já levantamento do Datafolha, de 16 de dezembro, apontou que ele tem 34% de rejeição, mesmo patamar do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O presidente Jair Bolsonaro (PL), por sua vez, é rejeitado por 60%.

Em novembro, Doria venceu as prévias do PSDB contra o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite. Apesar disso, o racha dentro da legenda não foi resolvido.

Para o senador Izalci Lucas (PSDB-DF), no entanto, a baixa performance nas pesquisas e a rejeição no partido são problemas que o governador paulista conseguirá contornar. “A rejeição

a Doria não chega nem perto da rejeição a Lula e a Bolsonaro. Ele vai virar o jogo, porque tem muita coisa para mostrar, muito trabalho feito”, argumentou.

Eduardo Leite cogita uma migração para o PSD, e há indícios de que, caso a mudança se concretize, uma série de parlamentares acompanhará o gaúcho. “Na prática, tem muita intriga, tem muita divisão por parte dos adversários. Quando ele (Leite) entrou na regra do jogo, houve um acordo. Acho que será respeitado. Todo mundo concordou com as regras previamente”, enfatizou Izalci.

Um dos motivos apontados para a saída de parlamentares seria o temor de, na busca pela reeleição, eles serem impactados com o alto índice de rejeição a Doria.

Uma fonte no partido, no entanto, contestou que o governador seja a causa da debandada. “Isso não tem muito a ver com o Doria, mas, sim, com o fim das coligações, que causou essa insegurança”, relatou, sob a condição de anonimato. Segundo frisou, antes das prévias do partido, eram 10 os deputados que iam sair do PSDB. “Desses, pelo menos seis ainda continuam com a